

Recurso contra Parecer Terminativo da Comissão de Constituição e Justiça

De: Ener Batista

Vereador *Vereador – Câmara Municipal de Itaúna – MG*

Kaio A. H. Guimarães

Vereador *– Câmara Municipal de Itaúna – MG*

Para: Exmo.Sr. Nesvalcir G. Silva Jr.

DD. Presidente da Câmara Municipal de Itaúna - MG

Exmo. Sr. Presidente,

O Vereador infra assinado vem apresentar recurso contra parecer terminativo da Comissão de Constituição e Justiça que, **ao divergir do parecer do relator da matéria**, decidiu por elaborar parecer terminativo do Projeto de Decreto Legislativo 01/2023 por inadmissibilidade da proposição em apreço.

Relatório

No dia 14/09/2023 a Procuradoria desta Casa Legislativa elaborou parecer opinando pela inadmissibilidade da proposição por entender que não houve exorbitância do poder regulamentar ou competência legislativa do Executivo, estando o Decreto Municipal nº 8.348/2023 totalmente em consonância com as disposições constitucionais e regimentais.

No dia 18/09/2023 o Presidente da comissão de Constituição e Justiça, vereador Leonardo Alves dos Santos nomeou o vereador Lacimar Cezário da Silva para relatar matéria.

A Comissão de Constituição e Justiça elaborou parecer em 25/09/2023, acompanhando o parecer da D. Procuradoria do Legislativo, manifestando pela inadmissibilidade da proposição em apreço, manifestando-se contrário à apreciação do Projeto pelo Plenário;

Eis o relatório;

Passa a análise do mérito do recurso.

Mérito

Em que pese o parecer da D. Procuradoria desta Casa Legislativa, entendemos que o posicionamento em desfavor do projeto não possui amparo legal, conforme veremos adiante.

Afirma o parecer nº 51/2023 que, *In Verbis*:

“Sendo assim, encontra-se correta a competência do gestor do contrato, ou seja, o Poder Executivo, no dever de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e contratar os serviços públicos relativos ao transporte coletivo de passageiros.

Nestes termos, conclui-se que não há, no presente caso, a caracterização de eventual exorbitância do poder regulamentar ou competência legislativa do Executivo, estando

o Decreto Municipal nº 8.348 de 1º de setembro de 2023, totalmente em consonância com as disposições constitucionais e regimentais, dentro do poder legiferante do prefeito, consoante dispositivos supracitados.”

Discordamos do posicionamento supra destacado uma vez que o decreto de 8.348 de 1º de setembro de 2023, editado pelo chefe do executivo municipal, exorbitou seu poder regulamentar tarifário, conforme veremos adiante.

O ato administrativo que resultou na edição do decreto exarado pelo Poder Executivo **é ilegal por não observar as hipóteses previstas em lei para a edição de decreto de reajuste tarifário bem como para estabelecer o equilíbrio – financeiro do contrato administrativo.**

Cumprе mencionar que o Executivo Municipal editou o decreto nº 8.348/2023 reajustando o preço da tarifa praticado no município de Itaúna em 30% (trinta por cento) sob justificativa de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão firmado entre concessionária Empresa Viasul Transportes Coletivo LTDA e o Município de Itaúna.

Ato contínuo, justificou-se a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alegação da empresa concessionária a alta do custo do óleo diesel, bem como, em decorrência da pandemia do Coronavírus/COVID-19 e da planilha e documentos apresentados pelo grupo de estudos do Departamento de Engenharia de Transportes do CEFET em que em seu relatório 06 - Estudos do Equilíbrio Econômico-financeiro do contrato alega que com o cálculos considerando a diferença de receita apurada para a tarifa praticada e a tarifa técnica calculada entre **janeiro de 2017 e dezembro de 2022**, aplicando-se uma correção monetária na tarifa, o desequilíbrio econômico-financeiro seria igual a R\$ 14.197.059,76 (quatorze milhões cento e noventa e sete mil e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Contudo, insta salientar que a legislação pátria que regulamenta as regras hipóteses para reequilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos determina, no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, bem como o art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021, que os contratos administrativos somente **poderão ser alterados, com as devidas justificativas**, no caso de acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato **em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado**, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Nesse sentido, ao editar o decreto nº 8.348/2023 o executivo municipal exorbitou seu poder regulamentar tarifário uma vez que desrespeita a legislação supramencionada que exige a ocorrência de **caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de concessão e a planilha e documentos apresentados pelo grupo de estudos do Departamento de Engenharia de Transportes do CEFET alega desequilíbrio entre **janeiro de 2017 e dezembro de 2022**, abrangendo período anterior a pandemia do coronavírus/COVID-19 não estando presente, portanto, nenhuma hipótese legal que justificaria o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Ademais, ainda que atendida as hipóteses legais, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deve ser feito através de celebração de termo aditivo no contrato de concessão e não através da edição de decreto que, por sua vez, é utilizado para reajustes em decorrência de índices inflacionários e demais casos previstos em lei e no próprio contrato administrativo, não cabendo, portanto, a edição de decreto para o reestabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do contrato sob pena de descumprimento do ordenamento jurídico vigente.

Consequentemente, o decreto legislativo nº 8.348/2023, ao reajustar o preço da tarifa praticado no município de Itaúna em 30% (trinta por cento), **sob justificativa de manter o equilíbrio econômico-financeiro, descumpra o princípio da publicidade/transparência previsto no art. 37, caput da Constituição Federal de 1988 uma vez que não deixa claro como chegou-se ao percentual de reajuste estabelecido**, principalmente considerando que o estudo apresentado pelo grupo de estudos do Departamento de Engenharia de Transportes do CEFET alega desequilíbrio econômico-financeiro do contrato entre janeiro de 2017 e dezembro de 2022, abarcando período anterior a pandemia do coronavírus/COVID-19, descumprindo as hipóteses legais que autorizam o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Pela razões acima expendidas, requer que o parecer terminativo da Comissão de Constituição de Justiça seja apreciado pelo Plenário desta Casa, assim como o presente recurso, devendo o parecer da comissão ser rejeitado uma vez que não se vislumbra qualquer ilegalidade que justifique a inadmissibilidade da proposição em apreço.

Certo de poder contar com a colaboração de Vossa Excelência, subscrevo-me, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Itaúna, Minas Gerais, 26 de setembro de 2023.

Ener Batista Morais Moreira

Vereador

Kaio Augusto Guimarães

Vereador

Ana Carolina Silva Faria

Vereadora

Alexandre Magno M.D. C.

Vereador

Antônio de Miranda S.

Vereador

Antônio José de Faria

Vereador

Aristides R. de Carvalho F.

Vereador

Edênia R. Alcântara

Vereadora

Giordane A. Carvalho

Vereador

Gleison Fernandes F.

Vereador

Gustavo Dornas B.

Vereador

Joselito Gonçalves M.

Vereador

Lacimar Cesário da Sila

Vereador

Leonardo Alves S.

Vereador

Márcia C. S. Santos

Vereadora

Nesvalcir Gonçalves S. Jr.

Vereador

Silvano Gomes Pinheiro

Vereador